

40. Pai Nosso, que estais no Céu

Com o Pai Nosso, Jesus Cristo nos ensina a dirigir-nos a Deus como Pai. É a oração filial por excelência.

11/02/2016

1. Jesus ensina-nos a dirigir-nos a Deus como Pai

Com o Pai Nosso, Jesus Cristo ensina-nos a dirigir-nos a Deus como Pai: 'Orar ao Pai é entrar em seu mistério, tal qual Ele é, e tal como o Filho no-lo revelou: "A expressão Deus Pai

nunca fora revelada a ninguém. Quando o próprio Moisés perguntou a Deus quem Ele era, ouviu outro nome. A nós este nome foi revelado no Filho, pois este nome novo implica o nome novo do Pai” (Tertuliano, *De oratione*, 3) (*Catecismo*, 2779).

Ao ensinar o Pai Nosso, Jesus descobre também a seus discípulos que eles foram feitos partícipes de sua condição de Filho: ‘Mediante a Revelação desta oração, os discípulos descobrem uma especial participação deles na filiação divina, da qual São João dirá no Prólogo de seu Evangelho: “A todos aqueles que o receberem, aos que creem no seu nome, Jesus deu o poder de se tornarem filhos de Deus” (Jo 1, 12). Por isso, com razão rezam segundo seu ensino: *Pai Nosso*’[1].

Jesus Cristo sempre distingue entre “meu Pai” e “vosso Pai” (cf. Jo 20, 17).

De fato, quando Ele reza nunca diz “Pai nosso”. Isto mostra que Sua relação com Deus é totalmente singular: é uma relação Sua e de ninguém mais. Com a oração do Pai Nosso, Jesus quer fazer conscientes a Seus discípulos de sua condição de filhos de Deus, indicando ao mesmo tempo a diferença que há entre Sua filiação natural e nossa filiação divina adotiva, recebida como dom gratuito de Deus.

A oração do cristão é a oração de um filho de Deus que se dirige a seu Pai Deus com confiança filial, a qual ‘se expressa, nas liturgias do Oriente e do Ocidente, pela bela expressão tipicamente cristã: “*parrhesia*”, simplicidade sem rodeios, confiança filial, jovial segurança, audácia humilde, certeza de ser amado (cf. *Ef* 3, 12; *Hb* 3, 6; 4, 16; 10, 19; 1 *Jo* 2, 28; 3, 21; 5, 14)’ (*Catecismo*, 2778). O vocábulo “*parrhesia*” indica originalmente o privilégio da

liberdade de palavra do cidadão grego nas assembleias populares, e foi adotado pelos Padres da Igreja para expressar o comportamento filial do cristão ante seu Pai Deus.

2. Filiação divina e fraternidade cristã

Ao chamar a Deus Pai Nosso, reconhecemos que a filiação divina nos une a Cristo, “primogênito entre muitos irmãos” (*Rm* 8, 29), por meio de uma verdadeira fraternidade sobrenatural. A Igreja é esta nova comunhão de Deus e dos homens (cf. *Catecismo*, 2790).

Por isso, a santidade cristã, ainda sendo pessoal e individual, nunca é individualista ou egocêntrica: ‘Se rezamos verdadeiramente ao “Nosso Pai”, saímos do individualismo, pois o Amor que acolhemos nos liberta (do individualismo). O “nosso” ao começo da Oração do Senhor, como o “nós” dos quatro últimos pedidos,

não exclui ninguém. Para que seja dito em verdade (cf. *Mt* 5, 23-24; 6, 14-16), nossas divisões e oposições devem ser superadas' (*Catecismo*, 2792).

A fraternidade que estabelece a filiação divina se estende também a todos os homens, porque em verdadeiro modo todos são filhos de Deus – criaturas suas – e estão chamados à santidade: “Na terra, há apenas uma raça: a raça dos filhos de Deus”[2]. Por isso, o cristão tem de se sentir solidário na tarefa de conduzir toda a humanidade para Deus.

A filiação divina impulsiona-nos ao apostolado, que é uma manifestação necessária de filiação e de fraternidade: “Devemos pensar nos outros – em primeiro lugar, nos que estão ao nosso lado - como verdadeiros filhos de Deus que são, com toda a dignidade desse título maravilhoso. Com os filhos de Deus

temos que nos comportar como filhos de Deus: o nosso amor deve ser sacrificado, diário, feito de mil detalhes de compreensão, de sacrifício silencioso, de dedicação que não se percebe”[3].

3. O sentido da filiação divina como fundamento da vida espiritual

Quando se vive com intensidade a filiação divina, esta chega a ser “uma atitude profunda da alma, que acaba por informar a existência inteira: está presente em todos os pensamentos, em todos os desejos, em todos os afetos”[4]. É uma realidade para ser vivida sempre, não só em circunstâncias particulares da vida: “Não podemos ser filhos de Deus só de vez em quando, embora haja alguns momentos especialmente dedicados a considerá-lo, a penetrarmos nesse sentido da nossa filiação

divina, que é a essência da piedade”[5].

São Josemaria ensina que o sentido ou consciência vivida da filiação divina “é o fundamento do espírito do Opus Dei. Todos os homens são filhos de Deus. Mas um filho pode reagir de muitas maneiras diante de seu pai. Temos de nos esforçar por ser dos que procuram perceber que, ao querer-nos como filhos, o Senhor fez com que vivêssemos em sua casa no meio deste mundo, que fôssemos da sua família, que as suas coisas fossem nossas e as nossas suas, que tivéssemos essa familiaridade e confiança com Ele que nos faz pedir, como uma criança, a própria lua!”[6].

A alegria cristã afunda suas raízes no sentido da filiação divina: “A alegria é consequência necessária da filiação divina, de nos sabermos queridos com predileção pelo nosso Pai Deus, que nos acolhe, nos ajuda e nos

perdoa”[7]. Na pregação de São Josemaria reflete-se muito frequentemente que sua alegria brotava da consideração desta realidade: “Por motivos que não vêm ao caso – mas que Jesus, que nos preside do Sacrário, conhece muito bem –, a minha vida me levou a saber-me especialmente filho de Deus, e saboreei a alegria de meter-me no coração de meu Pai, para me purificar, para o servir, para compreender e desculpar a todos, à base do seu amor e da minha humilhação (...). Ao longo dos anos, procurei apoiar-me sem desmaios nessa gozosa realidade”[8].

Uma das questões mais delicadas que o homem se propõe quando medita sobre a filiação divina é o problema do mal. Muitos não acertam a compatibilizar a experiência do mal no mundo com a certeza de fé da infinita bondade divina. No entanto, os santos ensinam que tudo o que

acontece na vida humana deve ser considerado como um bem, porque compreenderam profundamente a relação entre a filiação divina e a Santa Cruz. É o que expressam, por exemplo, umas palavras de Santo Tomás More a sua filha maior, quando estava encarcerado na Torre de Londres: “Filha minha queridíssima, nunca se perturbe tua alma por qualquer coisa que possa ocorrer neste mundo. Nada pode ocorrer sem que Deus queira. E eu estou muito seguro de que seja o que for, por muito mau que pareça, será realmente o melhor”[9]. E o mesmo ensina São Josemaria em relação às situações menos dramáticas, mas nas que uma alma cristã pode passar mal e se desconcertar: “Penas? Contrariedades por causa daquele episódio ou daquele outro?... Não vês que assim o quer teu Pai-Deus..., e Ele é bom..., e Ele te ama – a ti só! – mais do que todas as mães do mundo

juntas podem amar os seus filhos?”[10].

Para São Josemaria, a filiação divina não é uma realidade adocicada, alheia ao sofrimento e à dor. Pelo contrário, afirma que esta realidade está intrinsecamente unida à Cruz, presente de modo inevitável em todos os que queiram seguir de perto a Cristo: “Jesus ora no horto: *Pater mi* (Mt 26,39), meu Pai, *Abba, Pater!* (Mc 14,36), *Abba, Pai!* Deus é meu Pai, ainda que me envie sofrimento. Ama-me com ternura, mesmo que me fira. Jesus sofre, para cumprir a Vontade do Pai... E eu, que quero também cumprir a Santíssima Vontade de Deus, seguindo os passos do Mestre, poderei queixar-me se encontro por companheiro de caminho o sofrimento? Será esse um sinal certo da minha filiação, porque Deus me trata como ao seu Divino Filho. E então, como Ele, poderei gemer e chorar a sós no meu

Getsêmani; mas, prostrado por terra, reconhecendo o meu nada, subirá até o Senhor um grito saído do íntimo de minha alma: *Pater mi, Abba, Pater..., fiat!* Faça-se!”[11].

Outra consequência importante do sentido da filiação divina é o abandono filial nas mãos de Deus, que não se deve tanto à luta ascética pessoal – ainda que esta se pressupõe – quanto a um deixar-se levar por Deus, e por isso se fala de abandono. Trata-se de um abandono ativo, livre e consciente por parte do filho. Esta atitude tem dado origem a um modo concreto de viver a filiação divina – que não é o único, nem é caminho obrigatório para todos –, chamado “infância espiritual”: consiste em reconhecer-se não só filho, mas filho pequeno, menino muito necessitado de Deus. Assim o expressa São Francisco de Sales: “*Se não vos fazeis simples como crianças, não entrareis no reino de meu Pai (Mt 18, 3).*”

Enquanto o menino é pequenino, conserva-se em grande simplicidade; conhece somente a sua mãe; tem um único amor, sua mãe; uma única aspiração, o regaço de sua mãe; não deseja outra coisa que encostar-se em tão amável descanso. A alma perfeitamente simples somente possui um amor: Deus; e neste único amor, uma única aspiração, repousar no peito do Pai celestial, e aqui estabelecer seu descanso, como filho amoroso, deixando completamente todo cuidado a Ele, não buscando outra coisa senão permanecer nesta santa confiança”[12]. Por sua vez, São Josemaria também aconselhava percorrer a senda da infância espiritual: ‘Sendo crianças, não tereis mágoas; as crianças esquecem depressa os desgostos para voltarem aos seus divertimentos habituais. – Por isso, com esse “abandono”, não tereis que vos preocupar, pois descansareis no Pai’[13].

4. As sete petições do Pai Nosso

Na oração do Senhor, à invocação inicial: “Pai Nosso, que estás no Céu”, seguem sete petições. “Os três primeiros pedidos têm por objeto a Glória do Pai: a santificação do Nome, a vinda do Reino e o cumprimento da Vontade divina. Os quatro seguintes apresentam-lhe nossos desejos: esses pedidos concernem à nossa vida, para nutri-la ou para curá-la do pecado, e se relacionam com nosso combate visando à vitória do Bem sobre o Mal” (*Catecismo*, 2857).

O Pai Nosso é o modelo de toda oração, como ensina Santo Tomás de Aquino: “A oração dominical é a mais perfeita das Orações... Nela, não só pedimos tudo o que podemos desejar com retidão, mas também segundo a ordem em que convém o desejar. De modo que esta oração não só nos

ensina a pedir, mas que também forma toda nossa afetividade”[14].

Primeira petição: Santificado seja o Vosso nome

A santidade de Deus não pode ser acrescentada por nenhuma criatura. Por isso, ‘o termo “santificar” deve-se entender aqui (...), não em seu sentido causador (só Deus santifica, torna santo), mas sobretudo em um sentido estimativo: reconhecer como santo, tratar de uma maneira santa (...). Desde o primeiro pedido a nosso Pai, somos mergulhados no mistério íntimo de sua Divindade e no evento da salvação de nossa humanidade. Pedir-lhe que seu Nome seja santificado nos envolve na “decisão prévia que lhe aprouve tomar” para “sermos santos e irrepreensíveis diante dele no amor” (cf. *Ef* 1, 9.4)’ (*Catecismo*, 2807). Por conseguinte, a exigência da primeira petição é que a santidade divina

resplandeça e se acrescente em nossas vidas: ‘Quem poderia santificar a Deus já que Ele santifica? Inspirando-nos nós nestas palavras “Sejam santos porque eu sou santo” (Lv 20, 26), pedimos que, santificados pelo batismo, perseveremos no que temos começado a ser. E pedimo-lo todos os dias porque faltamos diariamente e devemos apurar nossos pecados por uma santificação incessante... Recorremos, por tanto, à oração para que esta santidade permaneça em nós’[15].

Segunda petição: Venha a nós o Vosso reino

A segunda petição expressa a esperança de que chegue um tempo novo em que Deus seja reconhecido por todos como Rei que cumulará de benefícios a seus súditos: ‘Esta petição é o “*Marana Tha*”, o grito do Espírito e da Esposa: “Vem, Senhor

Jesus” (Ap 22, 20) (...). Na oração do Senhor trata-se principalmente da vinda final do Reino de Deus por meio da volta de Cristo (cf. *Tt* 2, 13)’ (*Catecismo*, 2817-2818). Por outro lado, o Reino de Deus foi já incoado neste mundo com a primeira vinda de Cristo e o envio do Espírito Santo: “O Reino de Deus é justiça e paz e alegria no Espírito Santo” (*Rm* 14, 17). Os últimos tempos em que estamos vivendo, são os tempos da efusão do Espírito Santo. Trava-se, por conseguinte, um combate decisivo entre “a carne” e o Espírito (cf. *Ga* 5, 16-25): “Só um coração puro pode dizer com segurança: 'Venha a nós o Vosso Reino!'. É preciso ter aprendido com Paulo para dizer: 'Que o pecado não impere mais em vosso corpo mortal' (*Rm* 6, 12). Quem se conserva puro em suas ações, em seus pensamentos e em suas palavras pode dizer a Deus: 'Venha o Vosso Reino!’” (São Cirilo de Jerusalém, *Catecheses mystagogicæ*, 5,

13)' (*Catecismo*, 2819). Em definitiva, na segunda petição manifestamos o desejo de que Deus reine atualmente em nós pela graça, de que seu Reino na terra se estenda cada dia mais, e de que ao fim dos tempos Ele reine plenamente sobre todos no Céu.

Terceira petição: Seja feita a Vossa vontade assim na terra como no Céu

A vontade de Deus é que “todos os homens se salvem e cheguem ao conhecimento da verdade” (*1Tm* 2, 3-4). Jesus ensina-nos que se entra no Reino dos Céus, não mediante palavras, senão “fazendo a vontade de meu Pai que está nos céus” (*Mt* 7, 21). Por isso, aqui “pedimos a nosso Pai que una nossa vontade à de Seu Filho para realizar sua Vontade, Seu plano de salvação para a vida do mundo. Somos radicalmente incapazes de fazê-lo; mas, unidos a Jesus e com a força de Seu Espírito Santo, podemos entregar-lhe nossa

vontade e decidir-nos a escolher o que Seu Filho sempre escolheu: fazer o que agrada ao Pai (cf. Jo 8, 29)” (*Catecismo*, 2825). Como afirma um Padre da Igreja, quando rogamos no Pai Nosso que se faça tua vontade assim na terra como no céu, não o pedimos “no sentido de que Deus faça o que queira, mas de que nós sejamos capazes de fazer o que Deus quer”[16]. Por outro lado, a expressão na terra como no Céu manifesta que nesta petição almejamos que, como se cumpriu a vontade de Deus nos anjos e nos bem aventurados do Céu, assim se cumpra nos que ainda permanecemos na terra.

Quarta petição: O pão nosso de cada dia nos dai hoje

Esta petição expressa o abandono filial dos filhos de Deus, pois “o Pai que nos dá a vida não pode deixar de nos dar o alimento necessário à vida,

todos os bens “úteis”, materiais e espirituais” (*Catecismo*, 2830). O sentido cristão desta quarta petição “refere-se ao Pão da Vida: a Palavra de Deus a ser acolhida na fé, o Corpo de Cristo recebido na Eucaristia (cf. *Jo* 6, 26-58)” (*Catecismo*, 2835). A expressão de cada dia, ‘tomada em um sentido temporal, é uma retomada pedagógica de “hoje” (cf. *Ex* 16, 19-21) para nos confirmar numa confiança “sem reserva”. Tomada em sentido qualitativo, significa o necessário à vida, e em sentido mais amplo, todo bem suficiente para a subsistência (cf. *1Tm* 6, 8)’ (*Catecismo*, 2837).

Quinta petição: Perdoai-nos as nossas ofensas como também nós perdoamos aos que nos têm ofendido

Nesta nova petição começamos reconhecendo nossa condição de pecadores: ‘Voltamo-nos a Ele, como o filho pródigo (cf. *Lc* 15, 11-32), e

reconhecemo-nos pecadores, diante dEle, como o publicano (cf. *Lc* 18, 13). Nosso pedido começa por uma “confissão”, na qual declaramos, ao mesmo tempo, nossa miséria e Sua Misericórdia’ (*Catecismo*, 2839). Mas esta petição não será escutada se não respondemos antes a uma exigência: nós perdoarmos aos que nos ofendem. E a razão é a seguinte: “Este transbordamento de misericórdia não pode penetrar em nosso coração enquanto não tivermos perdoado aos que nos ofenderam. O Amor, como o Corpo de Cristo, é indivisível: não podemos amar o Deus que não vemos, se não amamos o irmão, a irmã, que vemos (cf. *1Jo* 4, 20). Recusando-nos a perdoar nossos irmãos e irmãs, nosso coração fecha-se, sua dureza o torna impermeável ao amor misericordioso do Pai” (*Catecismo*, 2840).

Sexta petição: Não nos deixeis cair na tentação

Esta petição está relacionada com a anterior, porque o pecado é consequência do livre consentimento à tentação. Por isso, agora ‘pedimos a nosso Pai que não nos “deixe cair” nela (...). Pedimos-lhe que não nos deixe enveredar pelo caminho que conduz ao pecado. Estamos empenhados no combate “entre a carne e o Espírito”. Este pedido implora o Espírito de discernimento e de fortaleza’ (*Catecismo*, 2846).

Deus dá-nos sempre sua graça para vencer nas tentações: “Deus é fiel: não permitirá que sejais tentados além das vossas forças, mas com a tentação, ele vos dará os meios de suportá-la e sairdes dela” (1Co 10, 13), mas para vencer sempre as tentações é necessário rezar: ‘Este combate e esta vitória só são possíveis senão na oração. Foi por sua oração que Jesus venceu o

Tentador, desde o começo (cf. *Mt* 4, 11) e no último combate de sua agonia (cf. *Mt* 26, 36-44). E a Seu combate e à Sua agonia que Cristo nos une neste pedido a nosso Pai (...). Esse pedido adquire todo seu sentido dramático no contexto da tentação final de nosso combate na terra; pede a perseverança final. “Eis que venho como um ladrão: feliz aquele que vigia!” (*Ap* 16, 15)’ (*Catecismo*, 2849).

Sétima petição: E livrai-nos do mal

A última petição está contida na oração sacerdotal de Jesus a seu Pai: “Não peço que os tires do mundo, mas sim que os preserves do Maligno” (*Jo* 17, 15). Efetivamente, nesta petição, ‘o mal não é uma abstração, mas designa uma pessoa, Satanás, o Maligno, o anjo que se opõe a Deus. O “diabo” é aquele que “se atira no meio” do plano de Deus e sua “obra de salvação” realizada em Cristo’ (*Catecismo*, 2851). Além do

mais, “ao pedir que nos livre do Maligno, pedimos igualmente que sejamos libertados de todos os males, presentes, passados e futuros, dos quais ele é autor ou instigador” (*Catecismo*, 2854), especialmente do pecado, o único verdadeiro mal[17], e de sua pena, que é a eterna condenação. Os outros males e tribulações podem converter-se em bens, se aceitarmos e unimo-los aos padecimentos de Cristo na Cruz.

Manuel Belda

Bibliografia básica

Catecismo da Igreja Católica,
2759-2865.

Bento XVI-Joseph Ratzinger, *Jesus de Nazaré*, Madri 2007, pp. 161-205

(capítulo dedicado à oração do Senhor).

Leituras recomendadas

São Josemaria, Homilias *A relação com Deus e Rumo à santidade*, em *Amigos de Deus*, 142-153 e 294-316.

J. Burggraf, *O sentido da filiação divina*, em A.A.V.V., *Santidade e mundo*, Pamplona 1996, pp. 109-127.

F. Fernández-Carvajal e P. Beteta, *Hijos de Dios. La filiación divina que vivió y predicó el beato Josemaría Escrivá*, Madri 1992.

F. Ocáriz, *La filiación divina, realidad central en la vida y en la enseñanza de Mons. Escrivá de Balaguer*, Mons. *Escrivá de Balaguer y el Opus Dei. En el 50 aniversario de su fundación*, Pamplona 1982, pp. 173-214.

B. Perquin, *Abba, Padre: para alabanza de tu gloria*, Madri 1993.

J. Sesé, *La conciencia de la filiación divina, fuente de vida espiritual*, em J.L. Illanes (dir.), *El Dios y Padre de Nuestro Señor Jesucristo*, XX Simposio internacional de Teología de la Universidade de Navarra, Pamplona 2000, pp. 495-517.

J. Stöhr, *La vida del cristiano según el espíritu de filiación divina*, em “Scripta Theologica” 24 (1992/3) 872-893.

.....

[1] João Paulo II, *Alocução*, 1-7-1987, 3.

[2] São Josemaria, *É Cristo que passa*, 13.

[3] *Ibidem*, 36.

[4] São Josemaria, *Amigos de Deus*, 146.

- [5] São Josemaria, *Questões Atuais do Cristianismo*, 102.
- [6] São Josemaria, *É Cristo que passa*, 64.
- [7] São Josemaria, *Forja*, 332.
- [8] São Josemaria, *Amigos de Deus*, 143.
- [9] Santo Tomás More, A sós com Deus. Escritos da prisão, n. 7 (Carta de Margaret a Alice, agosto de 1534, relatando uma longa entrevista com seu pai na prisão).
- [10] São Josemaria, *Forja*, 929.
- [11] São Josemaria, *Via Sacra*, I Estação, Pontos de meditação, n. 1.
- [12] São Francisco de Sales, *Conversas espirituais*, n. 16, 7, em *Obras Seletas de São Francisco de Sales*, vol. I, p. 724.
- [13] São Josemaria, *Caminho*, 864.

[14] Santo Tomás de Aquino, *Summa Theologiæ*, II-II, 83, 9.

[15] São Cipriano, *De dominica oratione*, 12.

[16] *Ibidem*, 14.

[17] Cf. São Josemaria, *Caminho*, 386.

.....

pdf | Documento gerado
automaticamente de [https://
opusdei.org/pt-br/article/tema-40-pai-
nosso-que-estais-no-ceu/](https://opusdei.org/pt-br/article/tema-40-pai-nosso-que-estais-no-ceu/) (30/03/2026)